

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 168.041 - MT (2019/0261540-9)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
SUSCITANTE : **JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA CRIMINAL E CÍVEL DE COMODORO - MT**
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA CÍVEL DE COLORADO DO OESTE - RO**
INTERES. : **O L DA S O**
ADVOGADOS : **DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
FLÁVIA ALBAINE FARIAS DA COSTA
INTERES. : **W DE O D**
ADVOGADO : **MOACIR NASCIMENTO DE BARROS - RO001747**

EMENTA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE REVISÃO DE GUARDA. COMPETÊNCIA. FORO DO DOMICÍLIO DO DETENTOR DA GUARDA DE FATO.

1. A competência para processar e julgar ações de interesse do menor é, em princípio, do foro do domicílio do detentor de sua guarda (Súmula 383/STJ).
2. Conflito de competência conhecido para declarar competente o JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA CRIMINAL E CÍVEL DE COMODORO - MT, o suscitante.

DECISÃO

Cuida-se de conflito negativo de competência instaurado entre o JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA CRIMINAL E CÍVEL DE COMODORO - MT, suscitante, e o JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA CÍVEL DE COLORADO DO OESTE - RO, suscitado.

Ação: de regulamentação de guarda do menor.

Manifestação do JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA CÍVEL DE COLORADO DO OESTE - RO: considerando que a competência é determinada pelo lugar onde se encontra a criança ou o adolescente, e que a criança cuja guarda se discute atualmente mora com a mãe na Comarca de Comodoro - MT, declarou-se incompetente para o processamento do feito e determinou a remessa ao Juízo da Comarca de Comodoro - MT.

Manifestação do JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA CRIMINAL E CÍVEL DE COMODORO - MT: suscitou o presente conflito de competência, alegando que "o feito foi distribuído no juízo suscitado no ano de 2017, tendo ocorrido todos seus termos naquela Comarca, estando pendente tão somente a prolação da sentença"; que "em que pese ter havido mudança de endereço da requerida, sabe-se que nas ações que envolvem interesse de menor, o foro se dá em seu benefício, o que ocorreu no momento da distribuição do feito, sendo aí fixada sua competência", e que "a requerida, representante do menor, que tem em seu favor o foro, jamais requereu o declínio da competência, ou seja, há uma verdadeira perpetuação da jurisdição".

Parecer do Ministério Público Federal: da lavra do i. Subprocurador-Geral da República, Dr. Sady d'Assumpção Torres Filho, opinou pelo conhecimento do conflito para declarar competente o Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal e Cível de Comodoro - MT, o suscitante.

RELATADO O PROCESSO. DECIDO.

Conheço do conflito, porquanto envolve juízos vinculados a Tribunais diversos, nos moldes do art. 105, I, "d", da Constituição Federal.

A inteligência do art. 147, I, do ECA é a de que o foro competente para julgar controvérsias sobre guarda é o domicílio de quem detém a guarda de fato do infante, de forma a minimizar os impactos do litígio na vida do menor e a oferecer prestação jurisdicional a este de forma rápida e efetiva.

Outrossim, a Segunda Seção do STJ sumulou entendimento no sentido de que a competência para processar e julgar ações de interesse do menor é, em princípio, do foro do domicílio do detentor de sua guarda (Súmula 383/STJ).

No que concerne à possibilidade de alteração do Juízo competente em face de mudança de domicílio do menor, a Segunda Seção também firmou posicionamento da prevalência do juízo imediato em face do princípio da perpetuação da competência. Confira-se: CC 157.473/SP,

Superior Tribunal de Justiça

SEGUNDA SEÇÃO, DJe 01/10/2018; CC 157.473/SP, Rel. SEGUNDA SEÇÃO, DJe 01/10/2018; CC 119.318/DF, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 02/05/2012.

Na hipótese, a ação de guarda foi inicialmente distribuída no foro do lugar onde se encontravam o menor e seus genitores que, à época do desfazimento do vínculo conjugal, acordaram em compartilhá-la. Todavia, quem exerce atualmente a guarda da criança é sua mãe, o que impõe, nos termos da Súmula 383/STJ e do art. 147 do ECA, seja declarada a competência do juízo da Comarca de Comodoro, localidade na qual a criança atualmente reside, conforme informações dos autos.

Forte nessas razões, CONHEÇO do conflito e declaro competente o JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA CRIMINAL E CÍVEL DE COMODORO - MT, o suscitante.

Publique-se. Intimem-se. Oficie-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora